27-06-2012

ATA Nº. 13/2012**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL
E DOZE.** -----

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e doze, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, de acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 21 de Junho pp, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dra. Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 17.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foi tratado o assunto constante do ponto único desta reunião: -----

- § único: Aplicação na Câmara Municipal de Ílhavo, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, que vieram estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e estabelecer os procedimentos necessários à sua aplicação e operacionalização.

Presente a seguinte informação, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “1) Cumprimento da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA); -----

2) Cumprimento do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho; -----

3) Reunião extraordinária da Câmara Municipal de Ílhavo (CMI) para: -----

a. Tomar conhecimento da LCPA e seu regulamento; -----

b. O ponto de situação da CMI face à LCPA: -----

i. Com fundos disponíveis negativos, até porque a CMI não pretende adiar certos pagamentos aos fornecedores, expediente que possibilitaria uma redução na negatividade dos fundos disponíveis ou até que os mesmos se tornassem positivos; -----

27-06-2012

- ii. Com fundos disponíveis positivos após aprovação do financiamento bancário, a que a CMI irá concorrer logo que aprovada a legislação; -----
- iii. A necessidade de nesta fase se reforçar a redução/suspensão de despesas de investimento ou correntes; -----
- iv. Ao longo destes últimos meses foram tomadas várias medidas que tiveram como consequência a redução das dívidas a mais de 90 dias, a redução do n.º de fornecedores que se encontram afetados por este atraso, a redução no esforço de investimento já referido nas GOP e no Orçamento da CMI para 2012; -----
- c. A assunção em consciência que não é possível parar de toda a atividade da CMI, com riscos elevados no interesse público e como tal assumir que a CMI, reduzindo a atividade e o apoio que tem mantido à sociedade, não vai deixar de continuar a assumir compromissos até porque fazer cessar ou caducar esses compromissos podem ser mais nefastos financeiramente para a CMI, não só na imagem e nos serviços que presta, mas essencialmente em indemnizações financeiras; -----
- d. Que deste modo e no decurso deste intervalo de tempo até à aprovação do financiamento serão tomadas as seguintes decisões: -----
 - i. A CMI suspenderá até ao mês de Outubro 2012 (mês previsível da contratação do empréstimo referido no ponto 3)b.ii.) as seguintes obras: Edifício Sócio-Cultural e Extensão de Saúde da Costa Nova; Parque Desportivo da Costa Nova; Via de Acesso ao PCI; -----
 - ii. A CMI manterá as obras em curso atendendo ao facto de se encontrarem em fase final de execução, ao interesse municipal na sua continuidade, aos compromissos assumidos nos contratos de financiamento com o QREN / Programa Operacional da Região Centro e ao risco de elevadas indemnizações pela sua paragem face ao volume das empreitadas. Destacam-se as obras de Qualificação ambiental e urbana do Casco Antigo de Ílhavo, a Ampliação do Museu Marítimo de Ílhavo e a Casa da Música de Ílhavo (esta em fase inicial); -----
 - iii. A CMI reduzirá ao mínimo valor possível os custos dos eventos do Verão 2012 (em cerca de 40% em relação à estimativa orçamental inicial de Dezembro de 2011), assumindo a opção de os executar dados os compromissos institucionais, contratuais, financeiros e sociais que estão assumidos (Rádio Faneca, MarAgosto com o Festival do Bacalhau e Ílhavo Sea Festival), alguns deles com patrocínios já assegurados e parte dos quais com carácter

27-06-2012

plurianual, sendo a ação Rádio Faneca integrada no programa da RUCHI e financiada a 85% pelo PORCentro; -----

iv. A CMI reduzirá ao mínimo valor possível os custos da Semana Jovem e da Semana da Maior Idade (em cerca de 20% da despesa de 2011), realizando estes eventos que são o corolário das atividades desenvolvidas ao longo do ano com os Jovens e os Idosos por vários Programas Municipais e constituem compromissos com os Cidadãos de relevante dimensão social; -----

v. A CMI não vai realizar a ação “Marés de Música” prevista para decorrer durante todo o mês de outubro de 2012; -----

vi. A CMI manterá em funcionamento os equipamentos municipais de cultura e desporto atentos os compromissos já assumidos com Artistas, Associações e Empresas Patrocinadoras;

vii. A CMI intensificará as diligências para reduzir certos custos (Comunicações, horas extraordinárias, EDP,...); -----

viii. A CMI reduzirá os custos com apoios a Associações (pontuais e de acordos de cooperação) em média em 40% e continuará a prestar os apoios pontuais de ação social no que for necessário (no âmbito do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e a Indivíduos Carenciados), procurando na medida do possível transferir as primeiras das verbas referidas no último trimestre do ano; -----

ix. A CMI reduzirá os custos com apoios às Juntas de Freguesia em média em 70%, procurando na medida do possível transferir essas verbas no último trimestre do ano; -----

x. Estas medidas não podem prejudicar o cumprimento da redução em 5% das dívidas em atraso até junho e de 10% até dezembro deste ano. -----

4) Dar conta do risco que cada membro da Câmara assumirá ao deliberar a aprovação de deliberações que se traduzam em encargos financeiros, designadamente subsídios pontuais (transferências correntes) e acordos de cooperação (transferências de capital), entre outros; ---

5) Sem prejuízo do risco e da responsabilidade referidas no número anterior, os compromissos assumidos entre a entrada em vigor da Lei e do Decreto-Lei e o início dos pagamentos após a contratação de empréstimo para redução das dívidas em atraso e desconformes com a Lei, presumem-se excluídos de culpa por parte seus autores; -----

27-06-2012

- 6) A CMI nomeia um gestor técnico de fundos disponíveis (Dr. Rui Farinha, coadjuvado por Dr. Paulo Fidalgo) para coordenação técnica de toda esta matéria, devendo haver relatórios quinzenais e mensais, sendo estes últimos elaborados até ao dia 5 do mês seguinte e presentes numa reunião de Câmara do mês subsequente; -----
- 7) Que face ao rigor que se pretende impor será emitido por despacho um conjunto de regras orientadoras a saber: -----
- a. Com exceção das despesas assumidas em c) qualquer despesa será precedida de informação técnica do serviço requerente a qual abordará previamente o respetivo interesse público municipal, bem como a urgência na assunção da despesa; -----
 - b. Todas as despesas para o mês / trimestre seguinte deverão ser solicitadas por cada dirigente ou responsável até ao último dia do mês anterior; -----
 - c. Até dia 5 de cada mês será definido o montante e a natureza dos compromissos a assumir; -
 - d. Nenhuma requisição será emitida sem o número de compromisso sequencial e sem que tivesse sido considerada na autorização referida na alínea anterior; -----
 - e. Qualquer despesa urgente e inadiável, que não conste na citada autorização, e tenha que ter sido assumida deverá ser justificada no prazo de 48 horas; -----
 - f. Oficiar todos os meses as entidades que têm dívidas para com a CMI para que saldem esses valores com a maior brevidade, ou que definam uma data de pagamento; -----
- 8) A CMI fará a devida ponderação e tomará decisões sobre a execução de competências que respeitam à Administração Central, perspetivando a sua devolução ao Governo, nomeadamente no que respeita à área da Educação e da Gestão das Praias, sendo que e no mínimo até ao final do presente ano, continuará em qualquer circunstância a exercer algumas dessas competências cuja não execução teria graves prejuízos sociais e de imagem do Município, nomeadamente: transportes escolares, refeições escolares, atividades de enriquecimento curricular, limpeza das praias, vigilância e segurança dos banhistas das praias da Barra e da Costa Nova; -----
- 9) Na próxima sessão da Assembleia Municipal e na sua primeira reunião, o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo dará conta desta mesma temática por inserção de um capítulo próprio na habitual nota de informação sobre a atividade municipal. -----
- O Presidente da Câmara Municipal, -----

27-06-2012

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----
27JUN2012”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria tomar conhecimento da presente informação e proceder nos termos nela referidos. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista abstiveram-se tendo ditado para a ata que a abstenção não resultava de discordância de princípio com o documento mas antes e só com alguns aspetos pontuais nele referidos, nomeadamente pelas opções tomadas de cortes percentuais, em especial no que às Associações se refere. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, eram 18.40 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----